

*Power, Knowledge and Feminist Scholarship: an ethnography of academia*, de Maria do Mar Pereira. Oxon e Nova Iorque: Routledge, 2017, 228 pp.

Ana Oliveira

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal.

O livro *Power, Knowledge and Feminist Scholarship* resulta de uma etnografia de matriz feminista sobre a vida académica, negociada a partir do paradigma do estatuto epistémico, concebido, por sua vez, como simultaneamente produto e agente do processo através do qual a academia determina o que constitui conhecimento válido e relevante. Inspirada, por um lado, pela epistemologia feminista, pelo legado de Michel Foucault e pelos contributos dos estudos sociais da ciência e da tecnologia e, por outro lado, comprometida com a óptica analítico-política da interdisciplinaridade e do envolvimento social, Maria do Mar Pereira documenta e discute as hierarquias académicas e geopolíticas na produção e no reconhecimento de ciência, procurando, nas práticas discursivas, a genealogia das lutas pela cientificidade. Recuperando o papel das lógicas de negociação que já explorara anteriormente (*Fazendo género no recreio: a negociação do género em espaço escolar*, de 2012, que lhe valera o prémio internacional de melhor livro em investigação qualitativa, 2010-2014), neste livro é a articulação entre os níveis micro e macro das negociações epistémicas que procura desenvolver, a partir de uma incursão empírica, de mais de uma década, no campo dos Estudos Feministas, sobre as Mulheres ou de Género (EFMG) (no original, *Women, Gender, Feminist Studies*, WGFS). Esta incursão compreendeu entrevistas, conversas informais e observação participante em eventos académicos, realizadas em Portugal, Reino Unido, Estados Unidos da América e Suécia.

Escrita em dois períodos diferentes, 2008/2009 e 2015/2016, a análise da autora acompanha as transformações produzidas pela centralidade da performance (de sujeitos e organizações) e pelas lógicas da performatividade – enquanto princípio organizador e matriz discursiva – na institucionalização e nas negociações do estatuto epistémico dos EFMG. Neste domínio, o argumento da autora é duplo: por um lado, a reconceptualização e reestruturação da universidade enquanto regime e cultura académicos da performatividade – ancorados tanto na

produtividade e na rentabilidade quanto nos mecanismos de auditoria, controlo métrico e classificação (*rankings*) – transformam a produção de conhecimento. Ou seja, a partir da exigência de produtividade individual (de um modo quantificável e mensurável em índices e narrável em critérios de avaliação da *qualidade* e da *excelência*) e de um regime de credibilidade epistémica crescentemente enquadrado como crédi(to)bilidade [no original, credi(t)bility, recuperando o termo de Michael Gibbons], i.e., pela capacidade de captar financiamentos (gerar receita), a produção de conhecimento responde e cumpre-se num sistema de crédito social, aliado a estratégias de maximização do impacto através da visibilidade, amplamente patrocinada pelas redes sociais. Por outro lado, é esta cultura académica da performatividade que permite a emergência dos EFMG à medida que este campo passa a ser entendido pelo seu potencial institucional e financeiro. E aqui o argumento da autora volta a desdobrar-se.

Em primeiro lugar, não obstante as conquistas (assim consideradas devido à cultura produtivista concertada nas universidades) e as oportunidades, até então indisponíveis, neste campo – desde a criação de grupos e de programas à aprovação de financiamentos europeus (como as *European Research Council grants*) –, bem como o reconhecimento que estas conferiram aos EFMG, a sua institucionalização mantém-se simultaneamente condicionada e no estado de uma institucionalização individualizada: condicionada à manutenção da produtividade das suas académicas e académicos; e no estado de uma institucionalização individualizada, uma vez que o prestígio reconhecido a determinados trabalhos é compreendido como prestígio individual, vinculado a um ou a uma investigadora particular, e não um sinal de estatuto epistémico do campo. Face à desqualificação epistémica dos EFMG que a autora concluiu da sua recolha etnográfica, e acompanhando Chandra Mohanty e Adrienne Rich, Maria do Mar Pereira propõe-se inscrever um lugar no mapa da ciência, discutindo as fronteiras da cientificidade e do quanto estas incorporam a pesada herança que equaciona ciência com masculino e o que quer que conte como feminino com algo não-científico – premissa do que a autora designa por dupla fronteira do trabalho [no original, *double boundary-work*]. Neste sentido, partindo da concepção de Thomas Gieryn sobre o potencial emancipatório do feminismo assentar na reconfiguração axiológica de política, cultura e natureza, de objecto e sujeito, de masculino e feminino, o projecto académico feminista, apresentado pela autora, não passa apenas por lutar contra a exclusão das mulheres na ciência, como também por lutar contra a exclusão dos EFMG, enquanto campo, no espaço (de geopolíticas locais e globais hierárquicas) da ciência.

Em segundo lugar, o regime que permite aos EFMG *vingar* no campo académico é altamente criticável ao nível das condições de trabalho. Perante a *fetishização* da performance e da competição individual e da intensificação do imperativo produtivo, Maria do Mar Pereira dá conta de uma academia à beira do colapso, criativo, emocional e físico. A autora argumenta que, na academia actual, os EFMG estão capturados nas lutas pelo poder de definir o que conta como *conhecimento verdadeiro*; pelo poder de demarcar fronteiras epistémicas, o estatuto das disciplinas,

das instituições e até de regiões ou países, sucumbindo perante a posição paradoxal de crítica e de cumplicidade com as culturas académicas emergentes. Neste sentido, a abertura – discursiva, material e institucional – aos EFMG tornou-se a pré-condição para a dissidência feminista se tornar participante no jogo académico da produtividade, da auditoria e da performatividade. Em suma, como evoca a autora, permitiu ao feminismo *na* academia tornar-se o feminismo *da* academia (Pereira, p. 214), contribuindo, com a sua *excelência* académica, tanto para a performance da universidade performativa, quanto para a apresentar como uma instituição aberta, diversa e meritocrática. No entanto, contesta Maria do Mar Pereira, o tipo ideal de «trabalhador científico» neste regime académico, excepcionalmente produtivo e competitivo, é desapegado e desprendido de outras responsabilidades; pertence, nessa perspectiva, ao domínio imaginário do masculino. A universidade performativa não é, pois, nem será jamais, tão aberta, diversa ou meritocrática como pretende ser. E é com base nesta premissa e cenário (de colapso) que Maria do Mar Pereira, inspirada pelo trabalho de Kathi Weeks, esboça um manifesto de desafio à actual organização do trabalho e de resistência à moralização, santificação e normalização do trabalho (intenso). Propõe, nesse manifesto, uma estratégia de recusa e de reacção à cultura académica da rapidez, às expectativas produtivistas, à *marketização* e neoliberalização da universidade, um resgate da flexibilidade reflexiva na epistemografia feminista; reclama uma desaceleração concertada na cultura académica.

O profundo debate que este livro reclama impõe, na economia desta recensão, que me detenha nas seguintes questões: os estudos feministas, sobre as mulheres ou de género são um campo ou uma disciplina? E que campo ou disciplina são, ou podem os EFMG (querer) ser? Mais: serão os estudos feministas, estudos sobre as mulheres ou estudos de género proposições sinónimas, complementares ou eventualmente contraditórias? Esta discussão, cuja relevância se renova no cenário traçado nesta obra, mostra-se chantageada pelas próprias lógicas neoliberais, empreendedoras e performativas da academia, de que dá conta Maria do Mar Pereira: a crescente procura e visibilidade mediática desta área concorre com a necessidade dessa procura e dessa visibilidade, reforçando o uso estratégico deste acrónimo como aglutinador de agendas. Daqui derivam duas notas: a primeira refere-se ao modo de nomear as pessoas que trabalham neste campo; a segunda ao paradoxo da defesa do campo.

Relativamente ao modo de nomear as pessoas, ao longo desta etnografia, a autora identifica três tipos de sujeitos: académicas ou académicos em EFMG (no original, *WGFS scholars*); académicas ou académicos que não em EFMG (*non-WGFS scholars*); ou académicas ou académicos com experiência em EFMG (*scholars with WGFS expertise*) – e entre estas, distingue entre *senior* e *junior*. Os termos que sustentam estas categorizações recuperam a discussão da delimitação do campo e das estratégias que lhe subjazem e ditam outras tantas interrogações: qual é a diferença entre *WGFS scholars* e *scholars with WGFS expertise*? É um novo cartesianismo entre competências profissionais-intelectuais e compromissos-posi-

cionamentos político-pessoais? É o reconhecimento formal de um grau em EFMG? É uma designação-nomeação auto e/ou hetero-imposta/reconhecida? Alguém que se anuncia como feminista é uma *WGFS scholar*? E a reivindicação desse *título* determina que os seus textos ou intervenções sejam feministas? O que torna uma abordagem distintivamente feminista – *A Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu, é um exemplo paradigmático desta ambivalência – e quem tem a autoridade para a reconhecer, para a prescrever ou, pelo contrário, para a contestar? Este demonstrar-ser ou demonstrar-ter-competências (em EFMG) não é já a universalidade performativa a cumprir-se?

Entre a estratégia de credibilização do campo e a dialéctica de binarização do mundo (académico), inscreve-se a última nota sobre a corporativização dos EFMG, ou o paradoxo da defesa do campo. Se, por um lado, a defesa dos EFMG, que é a defesa da legitimidade (científica) deste campo, i.e., deste campo como ciência (*verdadeira*), logo como disciplina, incorre no equívoco que denuncia na fabricação epistémica (e do seu estatuto): a produção do conhecimento é, ela própria, produto e produtora de relações de poder; por outro lado, como discutir o campo sem pôr em causa a sua relevância e, em última instância, sem pôr em causa a sua relevância na economia da produção do conhecimento? Além disto, se a produção de conhecimento assume, nesta obra, uma vertente ensaística sobre a epistemologia do método da etnografia guiada pela empatia (crítica) e pela solidariedade – reconhecidas como projecto político, ou estratégia discursiva, de resistência à racionalidade neoliberal e competitiva da academia –, como aderir (e quem pode aderir) a esta ética de empatia quando a gramática e pragmática académicas assentam, dependem e premeiam a delimitação do trabalho que realça a superação analítica da proposta (ou agenda) teórica de um ou de uma autora vis-à-vis propostas ou autorias concorrentes? Ou quando a cientificidade das perspectivas feministas surge atrelada à economia política do seu reconhecimento (como feminista) ou do seu financiamento (como engenharia social)? Ou, ainda, sem perpetuar a «*polite feminist research*» diagnosticada por Marianne Grünell e Erna Kas (1995) na academia/campo português? E eis-me chegada ao dilema político-epistemológico último: como resgatar um campo refém da *razão de Estado*, refém da *razão de mercado* e refém, pela própria necessidade de se constituir enquanto campo/disciplina, das palavras para o dizer, invocando o *les mots pour le dire* de Marie Cardinal (*apud* Bebiano e Ramalho 2010, 10)?

Por fim, do mesmo modo que, como recenseia a autora, a literatura sobre a institucionalização dos EFMG não apenas faz dela um objecto de estudo, mas intervém nesse mesmo processo – ou seja, os textos são agentes de institucionalização e, desse modo, parcialmente constitutivos do fenómeno que examinam –, este livro de Maria do Mar Pereira intervém na institucionalização do campo; intervém na nomeação do campo, do seu cânone, da sua verdade, da sua história (de sucesso). Escreve-se nessa história.

## Referências

- Bebiano, Adriana, e Maria Irene Ramalho. 2010. «Estudos feministas e cidadania plena», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 89, 5-10. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/3659>.
- Grünell, Marianne, e Erna Kas. 1995. «State of the Art: Women's Studies in Portugal». *The European Journal of Women's Studies*, 2, 535-545. Disponível em: <http://ejw.sagepub.com/content/2/4/535.full.pdf>, DOI: [doi/pdf/10.1177/135050689500200408](https://doi.org/10.1177/135050689500200408).

***Handbook on Gender and Organizational Change*, de Sara Falcão Casaca e Johanne Lortie, Turin, Italy: International Training Centre of the International Labour Organization, 2017, 117 pp.**

Maria Helena Santos

Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), CIS-IUL, Portugal.

O *Handbook on Gender and Organizational Change* foi publicado no final de 2017 pelo *International Training Centre (ITC) of the International Labour Organization (ILO)*. Da autoria de Sara Falcão Casaca, do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa, e de Johanne Lortie, Diretora Sénior de Programas no ITC, este pretendeu colmatar uma lacuna existente na área do género e mudança organizacional. De facto, perante a escassez de literatura nesta área, as autoras pretenderam, com este livro, fornecer um recurso alternativo para quem procura gerir a mudança de maneira inclusiva e para quem pretenda promover a igualdade de género na sua organização através de uma estratégia planeada de mudança organizacional. Este fornece uma base teórica e conceptual para a mudança organizacional, com vista a uma maior igualdade de género e, além disso, numa abordagem mais prática, fornece ferramentas para que se possa promover a igualdade de género através do processo de gestão de mudança. Assim, como concluiu Simonetta Cavazza no prefácio do livro, este pode «*ser lido como um livro didático, um guia e um manual prático*» (p.iv).

O manual divide-se em quatro partes, para além da breve introdução e da conclusão.

Da autoria de Sara Falcão Casaca, a 1.<sup>a</sup> parte é dedicada ao mapeamento de algumas perspetivas teóricas e ferramentas conceptuais necessárias para se compreender a desigualdade de género nas organizações. Na 1.<sup>a</sup> secção – *do género nas organizações à genderização das organizações e às organizações genderizadas* – como o próprio título indica, a autora começa por apresentar as principais contribuições da investigação inicial para a compreensão do género nas organizações (e.g. Kan-